

RODRIGO XAVIER LEONARDO

ASSOCIAÇÕES

2. EDIÇÃO
REVISTA, ATUALIZADA E AMPLIADA



THOMSON REUTERS

REVISTA DOS
TRIBUNAIS™



Diretora de Conteúdo e Operações Editoriais

JULIANA MAYUMI ONO

Gerente de Conteúdo

ANDRÉIA R. SCHNEIDER NUNES CARVALHAES

Editorial: Aline Marchesi da Silva, Camilla Sampaio, Emanuel Silva, Karolina de Albuquerque Araújo Martino e Quenia Becker

Gerente de Conteúdo Tax: Vanessa Miranda de M. Pereira

Direitos Autorais: Viviane M. C. Carmezim

Assistente de Conteúdo Editorial: Juliana Menezes Drumond

Analista de Conteúdo Editorial Júnior: Bárbara Baraldi

Estagiários: Ana Carolina Francisco e Francisco Prado

Produção Editorial

Gerente de Conteúdo

MILISA CRISTINE ROMERA

Especialistas Editoriais: Gabriele Lais Sant'Anna dos Santos e Maria Angélica Leite

Analista de Projetos: Thyara Pina da Silva

Analistas de Operações Editoriais: Caroline Vieira, Damares Regina Felício, Danielle Castro de Moraes, Mariana Plastino Andrade, Mayara Macioni Pinto e Patrícia Melhado Navarra

Analistas de Qualidade Editorial: Ana Paula Cavalcanti, Fernanda Lessa, Gabriela Cavalcante Lino e Victória Menezes Pereira

Estagiárias: Beatriz Hammond e Caroline Dubovicki

Capa: Linotec

Líder de Inovações de Conteúdo para Print

CAMILLA FUREGATO DA SILVA

Equipe de Conteúdo Digital

Coordenação

MARCELLO ANTONIO MASTROROSA PEDRO

Analistas: Gabriel George Martins, Jonatan Souza, Maria Cristina Lopes Araujo e Rodrigo Araujo

Gerente de Operações e Produção Gráfica

MAURICIO ALVES MONTE

Analistas de Produção Gráfica: Aline Ferrarezi Regis e Jéssica Maria Ferreira Bueno

Assistente de Produção Gráfica: Ana Paula de Araújo Evangelista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Leonardo, Rodrigo Xavier
Associações / Rodrigo Xavier Leonardo. -- 2. ed. -- São Paulo : Thomson Reuters
Brasil, 2022.

Bibliografia.
ISBN 978-65-260-0625-2

1. Associações sem fins lucrativos 2. Direito tributário 3. Isenção tributária 4. Terceiro
setor I. Título.

22-127704

CDU-34:336.2

Índices para catálogo sistemático:

1. Associações sem fins econômicos: Direito tributário 34:336.2
Cibele Maria Dias - Bibliotecária - CRB-8/9427

SUMÁRIO

PREFÁCIO	7
NOTA À SEGUNDA EDIÇÃO.....	9
INTRODUÇÃO (PRIMEIRA EDIÇÃO)	17

PARTE I

A HISTÓRIA MODERNA DAS ASSOCIAÇÕES. DO REPÚDIO À PROMOÇÃO: AS ASSOCIAÇÕES SEM FINS ECONÔMICOS E AS TRÊS PASSAGENS

CAPÍTULO I – A PRIMEIRA PASSAGEM: O ADVENTO DA MODERNIDADE E O REPÚDIO ÀS ASSOCIAÇÕES SEM FINS ECONÔMICOS	23
1.1 As “associações sem fins econômicos” e o modelo anglo-americano	38
CAPÍTULO II – A SEGUNDA PASSAGEM: DO REPÚDIO AO RECONHECIMENTO	47
2.1 O rígido controle estatal sobre as associações e as teorias ficcionistas da personalidade jurídica	58
CAPÍTULO III – A TERCEIRA PASSAGEM: DO RECONHECIMENTO À PROMOÇÃO	67
3.1 O advento do século XX e o contexto promocional das associações	67
3.2 A terceira passagem, o princípio da subsidiariedade e o chamado “terceiro setor”	74

PARTE II

AS ASSOCIAÇÕES NO DIREITO CONSTITUCIONAL

CAPÍTULO IV – A LIBERDADE DE ASSOCIAÇÃO NO DIREITO CONSTITUCIONAL BRASILEIRO	85
4.1 As associações no direito brasileiro anterior à Constituição Federal de 1988	85
4.2 As associações no direito brasileiro posterior à Constituição Federal de 1988	105
4.2.1 A liberdade de associação e a aplicação horizontal dos direitos fundamentais	114
4.2.2 A liberdade de associação: a tutela de direitos coletivos e a tutela coletiva de direitos	118
CAPÍTULO V – O DIREITO FUNDAMENTAL DE ASSOCIAÇÃO EM SUAS DIVERSAS PERSPECTIVAS.....	125
5.1 A liberdade de associação como direito individual	127
5.1.1 A liberdade de associação em sua vertente individual positiva	127
5.1.2 Existiria um direito de ingresso numa associação?.....	130
5.1.3 A liberdade de associação em sua vertente negativa: a liberdade de não se associar e de não permanecer associado.....	132
5.2 A liberdade de associação em dimensão institucional.....	139
5.2.1 A liberdade de escolha do subtipo associativo e a organização interna da associação	139
5.2.2 A liberdade de associação e a personificação da entidade	145
5.3 A liberdade de associação em sua dimensão interna	148
5.3.1 O associado e a associação	148
5.3.2 A situação jurídica de associado e a garantia ao contraditório e à ampla defesa	150
5.4 A liberdade de associação em sua dimensão externa.....	153
5.4.1 A liberdade de associação e os limites para o controle estatal	153
5.4.2 A proteção das associações contra atos de dissolução e suspensão de atividades compulsórios.....	159
5.4.3 A legitimidade para representar os associados e para a tutela de direitos transindividuais	161

PARTE III

AS ASSOCIAÇÕES SEM FINS ECONÔMICOS EM PERSPECTIVA

CAPÍTULO VI – AS ASSOCIAÇÕES SEM FINS ECONÔMICOS (ASSOCIAÇÕES EM SENTIDO ESTRITO) NO CÓDIGO CIVIL BRASILEIRO.....	171
6.1 A natureza jurídica do ato constitutivo das associações sem fins econômicos.....	173
6.1.1 O ato constitutivo das associações sem fins econômicos: negócio jurídico plurilateral, complexo e organizativo	181
6.1.2 Argumentos anticontrualistas para explicação do ato constitutivo das associações sem fins econômicos. Justificação da noção de negócio jurídico plurilateral, complexo e organizativo constitutivo de uma associação.....	185
6.1.3 A despatrimonialização do direito privado e o reverso da hipostasiação do contrato	193
6.2 O subtipo das associações sem fins econômicos nos planos da existência, validade e eficácia.....	195
6.2.1 A associação sem fins econômicos no plano da existência.....	198
6.2.1.1 A união voluntária de pessoas.....	199
6.2.1.2 A organização	201
6.2.1.3 A busca de finalidades não econômicas	207
6.2.2 A associação sem fins econômicos no plano da validade	211
6.2.2.1 A perfeição da manifestação de vontade e os requisitos em relação aos sujeitos: a capacidade negocial dos associados e a higidez na manifestação da vontade	214
6.2.2.2 Os requisitos de validade quanto ao objeto: licitude, possibilidade, determinabilidade e moralidade	216
6.2.2.3 Os requisitos do núcleo do suporte fático em relação à forma. Os componentes complementares de validade do estatuto.....	218
6.2.3 A associação sem fins econômicos no plano da eficácia.....	220
6.2.3.1 O componente integrativo da eficácia: o registro dos estatutos	222

CAPÍTULO VII – A ESTRUTURA DA ASSOCIAÇÃO SEM FINS ECONÔMICOS E O DESENVOLVIMENTO DA ATIVIDADE ASSOCIATIVA.....	227
7.1 A constituição das associações: a assembleia de constituição	227
7.2 Os estatutos.....	229
7.2.1 A disciplina dos estatutos no Código Civil brasileiro	230
7.2.2 As cláusulas socialmente típicas estatutárias.....	237
7.3 O regimento interno.....	245
7.4 As regras de transição no Código Civil de 2002: a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal a respeito do conflito de leis no tempo e as associações sem fins econômicos.....	246
7.5 O desenvolvimento da atividade associativa.....	255
7.6 A deliberação associativa e os órgãos deliberativos.....	259
7.7 A apresentação da associação e os órgãos executivos.....	264
7.8 Os órgãos de controle dos atos associativos	266
7.9 Os órgãos consultivos.....	267
7.10 Os órgãos de controle disciplinar e julgamento	268
7.11 Direitos e deveres dos associados.....	269
7.12 O marco regulatório das organizações da sociedade civil (Lei 13.019/2014) e as associações	271
7.12.1 O contrato de colaboração, contrato de fomento e o contrato de cooperação.....	276
7.12.2 Os mecanismos de controle e de avaliação do cumprimento dos contratos de parceria na Lei 13.019/2014.....	281
7.13 A “qualificação” de associações: associações de utilidade pública, organizações sociais e Oscips.....	283
7.13.1 A qualificação de associação de utilidade pública.....	284
7.13.2 O certificado de entidade beneficente de assistência social	284
7.13.3 A qualificação de organização social (OS) e de organização social de serviço público (Oscip)	285
7.13.3.1 A qualificação de organização social (OS)	287
7.13.3.2 A qualificação de organização da sociedade civil de interesse público (Oscip).....	291
7.13.4 As organizações sociais e as organizações da sociedade civil de interesse público em momentos de transição. O princípio da segurança jurídica.....	294
7.14 A desconsideração da personalidade jurídica nas associações	296
7.15 O dano extrapatrimonial e as associações sem fins econômicos	303
7.16 A desconstituição das associações sem fins econômicos.....	305

7.17 A transformação de associações em sociedades	312
7.18 A aplicação da Lei da recuperação extrajudicial, judicial e falência às associações	313
7.19 A aplicação do Código de Defesa do Consumidor (Lei 8.078/1990) às associações	315
7.20 A aplicação da Lei Geral de Proteção de Dados às associações (Lei 13.709/2018).....	319
 CAPÍTULO VIII – AS ASSOCIAÇÕES SEM FINS ECONÔMICOS E O DIREITO TRIBUTÁRIO	 321
8.1 As associações sem fins econômicos e as imunidades tributárias.....	322
8.1.1 A imunidade subjetiva e a imunidade objetiva	326
8.1.2 A aplicação da regra imunizante às associações sem fins econômicos e a legislação infraconstitucional	330
8.2 As associações sem fins econômicos e as isenções tributárias	334
8.2.1 Isenções tributárias federais genericamente aplicáveis às associações sem fins econômicos	337
8.2.2 Isenções tributárias federais particulares a determinados subtipos associativos e a determinadas atividades associativas.....	338
8.2.3 Isenções tributárias estaduais e municipais.....	339
8.3 Outros benefícios fiscais em sentido estrito	345
8.4 Obrigações tributárias acessórias das associações sem fins econômicos..	345
8.4.1 Lineamentos de contabilidade das associações sem fins econômicos.....	347
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	351